



PROCESSO Nº 15.398/2023

FLS. _____ RUBRICA _____

ANÁLISE DE RECURSO ADMINISTRATIVO

Recorrente: DB3 SERVICOS DE TELECOMUNICAÇÕES S.A

Recorrida: CONSORCIO CONECTIVIDADE SAQUAREMA (AMARATECH SOLUCOES EM INFORMATICA LTDA e ALTA REDE NETWORK PROVEDOR DE INTERNET LTDA)

Referente ao Processo nº 15.492/2023

Pregão Eletrônico nº 015/2023

Trata-se de **RECURSO** contra ao Edital do Pregão Eletrônico nº 015/2023, interposto pela empresa **DB3 SERVICOS DE TELECOMUNICAÇÕES S.A** inscrita no CNPJ sob o nº 41.644.220/0001-35, com sede na Avenida da Abolição, nº 4166, Mucuripe, Fortaleza/CE, CEP: 60165-082 neste ato representado por seu representante legal.

I. DA ADMISSIBILIDADE DO PEDIDO

A previsão legal do instituto do recurso em processo licitatório, apoiar-se na Lei nº 10.520/2002, Art. 4, inciso XVIII, conforme os excertos seguintes:

Art. 4º A fase externa do pregão será iniciada com a convocação dos interessados e observará as seguintes regras:

I (...)

XVIII – declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos:



PROCESSO Nº 15.398/2023

FLS. _____ RUBRICA _____

II. TEMPESTIVIDADE

A data de abertura da sessão pública do certame, no Portal de Compras Públicas, foi marcada originalmente para ocorrer em 18/12/2023, encerrando-se na mesma data. Assim, assistindo ao item 13 e subitens do instrumento convocatório, foi aberto prazo para manifestação de intenção de recursos de 30 (trinta) minutos e de 03 (três) dias úteis para manifestação de memorial de razões, conforme a condição decadente de lastro temporal, estabelecida na Lei 10.520/2023 em exame foi entroposto tempestivamente de forma motivada em sistema. A intenção foi aceita em conformidade aos arts. 5º, inciso LV, da Constituição Federal; 4º, inciso XVIII, da Lei 10.520/2002; e 44, § 1º, do Decreto 10.024/2019.

III. DA ANÁLISE DO MÉRITO DO RECURSO

Trata-se do processo administrativo nº 15.492/2023 referente ao pregão eletrônico para registro de preços para Contratação de Empresa Especializada na prestação de serviços de link dedicado de Internet, Rede Privada de dados utilizando as tecnologia SD-WAN e MPLS, Segurança da Informação, incluindo os materiais e equipamentos necessários, configuração, ativação, operação e manutenção, além da supervisão e gestão de todos os serviços, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Saquarema nas condições estabelecidas pelo Edital e no Termo de Referência.

Antes de darmos prosseguimento à análise do pleito, cabe frisar que conforme definido no Art. 3º da Lei 8.666/93, que regulamenta os atos licitatórios, estabelece que A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Informo que na análise do mérito do presente recurso apresentado, temos que o cerne da questão é a reconsideração da decisão que habilitou e declarou vencedora a proposta da recorrida CONSORCIO CONECTIVIDADE SAQUAREMA (AMARATECH SOLUCOES EM INFORMATICA LTDA e ALTA REDE NETWORK PROVEDOR DE INTERNET LTDA).

9



PROCESSO Nº 15.398/2023

FLS. _____ RUBRICA _____

IV. DOS PEDIDO DA RECORRENTE

Alega, resumidamente, e após requer que:

a) preliminarmente, a anulação da decisão que declarou vencedor do pregão o consórcio formado por AMARATECH e ALTA REDE, e a inabilitação das referidas empresas por ausência de previsão legal para concessão do benefício de preferência previsto no art. 44 da Lei Complementar nº 123/2006 para empresas consorciadas;

b) no mérito, a reforma da decisão recorrida, para (b.1) determinação da realização de diligências para verificação da documentação financeira da AMARATECH na data do certame, no ano-calendário de 2023, para verificação dos requisitos previstos no caput do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, especialmente considerando o §9º do mesmo dispositivo, que prevê a exclusão do tratamento de benefício no mês subsequente à superação da receita bruta prevista no caput do mesmo artigo, e (b.2) inabilitação da empresa do certame;

c) adicionalmente, determinação da realização das seguintes diligências:

c1) para verificação da composição societária da AMARATECH, considerando que o seu sócio majoritário compõe o quadro societário de outras empresas, cujas receitas somadas podem ter extrapolado o limite legal (conforme vedações impostas pelo art. 3º, §4º da Lei Complementar nº 123/2006);

c2) para verificar se, na data do certame, a AMARATECH participava de algum consórcio cuja receita tenha extrapolado o limite legal do art. 3º, inciso II da Lei Complementar nº 123/2006 (conforme vedações impostas pelo art. 3º, §4º da Lei Complementar nº 123/2006).

c3) para complementação da documentação que ateste a qualificação do consórcio, notadamente com relação ao item 14.4.4 do Termo de Referência.



PROCESSO Nº 15.398/2023

FLS. _____ RUBRICA _____

V. DA MANIFESTAÇÃO DE ANÁLISE DO RECURSO

A Recorrente alega em fase de recurso que:

“III. PRELIMINARMENTE. ILEGALIDADE DA CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006 PARA O CONSÓRCIO DECLARADO VENCEDOR.

5. O item 6.2.4 do Edital prevê que “será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006”.

6. A Lei Complementar nº 123/2006 consiste em norma geral que disciplina o funcionamento das Microempresas (ME) e das Empresas de Pequeno Porte (EPP) sob aspectos tributário, comercial, trabalhista, e inclusive no que diz respeito à preferência na contratação com o poder público (art. 44), que é objeto do presente recurso. Essa Lei, no entanto, não prevê a figura do “consórcio” e tampouco qualquer tratamento diferenciado para empresas que formem consórcio para contratação com a Administração.

7. O instituto do consórcio simples estava previsto originalmente no art. 56 da Lei, mas já não havia previsão legal de tratamento diferenciado no âmbito das compras públicas e tampouco direito de preferência de contratação com o poder público por ME e EPP consorciadas. Com a revogação de tal dispositivo, o que ocorreu por meio da Lei Complementar nº 128/2008, o instituto foi substituído pela figura da “sociedade de propósito específico”, disciplinada no art. 56 da Lei Complementar nº 128/2008, o qual, da mesma forma, não faz alusão à participação consorciada de ME e ou EPP em certames.”

Resposta ao Recorrente:

Importante salientar que este pregoeiro está atento aos princípios básicos das licitações e não tem a intenção de comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo de qualquer processo licitatório. Entretanto, no trato dos negócios públicos, o Administrador deve observar as formalidades legais a fim de preservar o interesse público, a segurança das relações jurídicas a constituição de direitos e o erário municipal.

Inicialmente trago à luz o que diz os Arts. 56 e 3º §§ 5º e 14º da Lei 123/2006, *in verbis*:



PROCESSO Nº 15.398/2023

FLS. _____ RUBRICA _____

“Art. 56. As microempresas ou as empresas de pequeno porte poderão realizar negócios de compra e venda de bens e serviços para os mercados nacional e internacional, por meio de sociedade de propósito específico, nos termos e condições estabelecidos pelo Poder Executivo federal. (Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014)”

“Art. 3º Para os efeitos desta Lei Complementar, consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte, a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário a que se refere o art. 966 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que:

[...]

II - no caso de empresa de pequeno porte, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais). (Redação dada pela Lei Complementar nº 155, de 2016) Produção de efeito”

[...]

“§ 4º Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado previsto nesta Lei Complementar, incluído o regime de que trata o art. 12 desta Lei Complementar, para nenhum efeito legal, a pessoa jurídica:

9



PROCESSO Nº 15.398/2023

FLS. _____ RUBRICA _____

I - de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

II - que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

III - de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos desta Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput deste artigo;

IV - cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada por esta Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput deste artigo;

V - cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput deste artigo;

VI - constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

VII - que participe do capital de outra pessoa jurídica;

VIII - que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;



PROCESSO Nº 15.398/2023

FLS. _____ RUBRICA _____

IX - resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

X - constituída sob a forma de sociedade por ações.

XI - cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade. (Incluído pela Lei Complementar nº 147, de 2014)”

“§ 5o O disposto nos incisos IV e VII do § 4o deste artigo não se aplica à participação no capital de cooperativas de crédito, bem como em centrais de compras, bolsas de subcontratação, no consórcio referido no art. 50 desta Lei Complementar e na sociedade de propósito específico prevista no art. 56 desta Lei Complementar, e em associações assemelhadas, sociedades de interesse econômico, sociedades de garantia solidária e outros tipos de sociedade, que tenham como objetivo social a defesa exclusiva dos interesses econômicos das microempresas e empresas de pequeno porte.”

“§ 14. Para fins de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte, poderão ser auferidas receitas no mercado interno até o limite previsto no inciso II do caput ou no § 2o, conforme o caso, e, adicionalmente, receitas decorrentes da exportação de mercadorias ou serviços, inclusive quando realizada por meio de comercial exportadora ou da sociedade de propósito específico prevista no art. 56 desta Lei Complementar, desde que as receitas de exportação



PROCESSO Nº 15.398/2023

FLS. _____ RUBRICA _____

também não excedam os referidos limites de receita bruta anual. (Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014) ”

Os benefícios concedidos às microempresas e empresas de pequeno porte em licitações pela LC 123/06, decorrem de preceitos esculpidos Art. 170, inc. IX, da Constituição Federal, que prescreve o tratamento favorecido a essas empresas como um dos princípios da ordem econômica.

Uma sociedade de propósito específico (SPE) é uma entidade jurídica criada para realizar um projeto específico, geralmente de natureza temporária. Ela é formada por indivíduos ou empresas que se unem para alcançar um objetivo comum, como desenvolver um empreendimento imobiliário, construir uma ponte ou realizar um projeto de energia renovável.

Uma SPE também pode ser formada para simplificar questões jurídicas e tributárias em projetos complexos, separando-os das operações regulares das empresas envolvidas. Isso facilita a mobilização de recursos e a alocação de responsabilidades específicas para o projeto.

É importante mencionar que as SPEs possuem uma duração limitada, geralmente determinada no contrato de constituição. Uma vez que o objetivo do projeto é concluído ou atingido, a SPE é dissolvida e seus ativos podem ser distribuídos entre os participantes de acordo com as regras estabelecidas previamente.

A participação de uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) em uma licitação ocorre quando ela se candidata para fornecer bens, executar serviços ou realizar obras para um órgão público ou entidade governamental.

Uma SPE é uma forma jurídica que permite a colaboração de várias empresas em um projeto específico, limitando assim as suas responsabilidades e riscos. Essa parceria é estabelecida por meio de um contrato, no qual cada empresa contribui com recursos financeiros, tecnológicos, mão de obra ou outros ativos necessários para a realização do projeto.

É importante ressaltar que, para participar de licitações, a SPE deve atender a todas as exigências legais e técnicas estabelecidas no edital, bem como comprovar sua capacidade técnica, financeira e operacional para a execução do projeto.

9



PROCESSO Nº 15.398/2023

FLS. _____ RUBRICA _____

Após o encerramento do período de recebimento de propostas, o órgão público responsável pela licitação analisa as propostas recebidas e seleciona aquela que melhor atende aos critérios estabelecidos no edital. A SPE vencedora será então contratada para fornecer os bens, executar os serviços ou realizar as obras contratadas.

Durante a execução do projeto, a SPE é responsável por mobilizar os recursos necessários e coordenar as atividades das empresas participantes, a fim de garantir o cumprimento do contrato. A distribuição dos riscos e benefícios entre as empresas participantes é estabelecida no contrato de constituição da SPE e deve ser cumprida ao longo do projeto.

Em resumo, a participação de uma SPE em uma licitação ocorre por meio da apresentação de uma proposta que atenda às exigências do edital. A SPE vencedora será contratada para fornecer os bens, executar os serviços ou realizar as obras estabelecidas no contrato, mobilizando os recursos necessários e coordenando as atividades das empresas participantes.

Apesar do artigo 56 da Lei 123/2006 não prever expressamente o termo “consórcio”, disciplina a formação de consórcio que ocorre entre licitantes, que são os mesmos objetivos das SPEs, ou seja, uma forma de associação temporária entre empresas ou entidades para participação em uma licitação pública. No caso de licitações governamentais, por exemplo, empresas se juntam em um consórcio para aumentar suas chances de ganhar o contrato, compartilhando recursos e expertise, caso sejam selecionadas.

Ocorre que a legislação, especificamente na Lei Complementar 123/2006 não versou sobre o direito do benefício às pequenas empresas quando na “formação de consórcio”, ou seja, não há expressão legislativa específica para o tema o que vem trazendo dúvidas quanto ao direito das benesses concedido pela lei complementar.

Neste sentido, O Decreto Federal 8538/2015, trouxe em seu art. 13-A c/c ao art 5º, expressamente o termo “consórcio” quando formado exclusivamente por microempresas ou empresas de pequeno porte, quando das receitas brutas anuais não ultrapassem o limite previsto no inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006:

“Art. 13-A. O disposto neste Decreto se aplica aos consórcios formados exclusivamente por microempresas e empresas de pequeno porte, desde que a soma das receitas brutas anuais não



PROCESSO Nº 15.398/2023

FLS. _____ RUBRICA _____

ultrapassem o limite previsto no inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006. (Incluído pelo Decreto nº 10273, de 2020)'

"Art. 5º Nas licitações, será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte."

Corroborando com o entendimento, versa o próprio Tribunal de Contas da União na Comunicação de Cautelar, TC-042.183/2012-0, rel. Min. José Jorge, 21.11.2012:

"É indevida, em avaliação inicial, a concessão do benefício estipulado no art. 44 da Lei Complementar nº 123/2006 a consórcio de empresas cuja soma dos faturamentos anuais extrapole o limite previsto no art. 3º, inciso II, dessa lei

Representação de empresa apontou supostas irregularidades na condução do Pregão Eletrônico 39/2012 pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, que tem por objeto a contratação de empresa para aquisição e entrega de equipamentos e softwares para compor os laboratórios tecnológicos, no âmbito do Programa Brasil Profissionalizado. Entre as ocorrências impugnadas pela autora da representação, destaque-se a concessão do benefício previsto no art. 44 da Lei Complementar 123/2006 a consórcio que participou do certame. Segundo disposto nesse artigo e em seus §§ 1º e 2º: "Art. 44. Nas licitações será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte. § 1º Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas



PROCESSO Nº 15.398/2023

FLS. _____ RUBRICA _____

microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada. § 2º Na modalidade de pregão, o intervalo percentual estabelecido no § 1º deste artigo será de até 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço.” O relator, ao se debruçar sobre a questão, anotou que as empresas constituintes do consórcio beneficiado tiveram faturamento, em 2011, da ordem de R\$ 2,83 milhões e R\$ 1,28 milhões. O art. 3º, inciso II, da citada lei, porém, define empresa de pequeno porte como sendo aquela que “aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 e igual ou inferior a R\$ 3.600.000,00”. Valeu-se, então, de manifestação da unidade técnica no sentido de que os consórcios não possuem personalidade jurídica. E de que, por isso, não podem ser classificados como empresas de pequeno porte. Ademais “o somatório dos faturamentos das empresas consorciadas extrapola o limite estabelecido na lei para enquadramento como empresa de pequeno porte e não existe dispositivo legal permitindo o tratamento diferenciado aos consórcios formados por empresas de pequeno porte”. Em face desse panorama, o referido benefício só poderia ser conferido a entidades que “individualmente, nos termos do artigo 3º da referida norma, sejam classificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte”. Acrescentou, porém, que, “Na hipótese de serem admitidos consórcios, a condição das empresas que os integram não deve ser aferida de forma individual, mas deve ser promovido o somatório, para fins de concessão desse benefício, dos faturamentos das empresas, devendo o benefício ser estendido apenas aos consórcios cujos faturamentos anuais encontrem-se dentro dos limites estipulados no mencionado normativo. Concluiu, em

9



PROCESSO Nº 15.398/2023

FLS. _____ RUBRICA _____

avaliação preliminar, que o benefício estendido ao consórcio não seria devido. O relator, então, também por esse motivo, suspendeu o andamento dos atos relacionados à condução do Grupo 3 do Pregão Eletrônico 39/2012 e promoveu a oitiva do consórcio beneficiado e do FNDE. O Tribunal endossou essa providência.”

Ato contínuo, a recorrente alega que:

“8. As normas gerais que regulam o instituto do consórcio, a exemplo do art. 33 da Lei de Licitações (Lei nº 8.666/1993) e dos artigos 278 e 279 da Lei 6.404/1976, também NÃO preveem regime de contratação diferenciado com a Administração dirigido às ME e EPP consorciadas. Com exceção apenas da previsão contida no art. 33, inciso III da Lei nº 8.666/93, que prevê a impossibilidade de a Administração exigir do consórcio formado por ME e EPP o acréscimo de 30% de valores instituídos para fins de comprovação de habilitação econômico-financeira em relação aos valores exigidos para licitante individual.”

Resposta ao Recorrente:

Quanto às alegações da recorrente, evidencio que a Lei 8.666/93 trata das regras gerais das Licitações e Contratos, onde situações específicas como o tratamento diferenciado são tratados em regulamentação apartada e a Lei 6.404/1976 dispõe das Sociedades por Ações, que se refere às empresas com fins lucrativos formadas por mais de sete sócios e que possuem o capital social dividido em ações. Nesse caso, os sócios são chamados de acionistas e suas responsabilidades são limitadas conforme o valor das ações adquiridas, neste sentido, não há do que se pronunciar sobre tratamento diferenciado.

Posteriormente, a recorrente alega que:

“9. De acordo com o art. 3º, caput, da Lei de Licitações, a licitação destina-se a garantir a observância do princípio da isonomia mediante a observância de parâmetros



PROCESSO Nº 15.398/2023

FLS. _____ RUBRICA _____

de legalidade. Entende-se, portanto, que é necessária a previsão legal expressa a permitir o tratamento diferenciado pretendido pelo consórcio no caso concreto.

10. O Edital prevê a possibilidade de participação de consórcio, mas não atribui nenhum regime de benefícios a consórcios formados por empresas de pequeno porte. Tampouco a Lei Complementar nº 123/2006 prevê a atribuição do regime de benefício ali estabelecido (art. 44) a consórcios de um modo geral.

11. Com o devido respeito, a Recorrente entende que, se nem a lei e nem o Edital preveem tratamento diferenciado ou regime de preferência para consórcios classificados como ME ou EPP, a decisão que declarou como vencedor o consórcio da AMARATECH importa em violação aos princípios da isonomia e da competitividade que regem as licitações públicas (arts. 3º, §§ 1º e 14, e art. 5º da Lei nº 8.666/1993)."

Resposta ao Recorrente:

A concessão de benefício da Lei Complementar 123/2006 para consórcios se justifica devido à importância e aos impactos positivos que essa modalidade de associação pode trazer para o desenvolvimento e fortalecimento das microempresas e empresas de pequeno porte.

É essencial destacar que os consórcios consistem na união de empresas com objetivos em comum para a realização de empreendimentos conjuntos. Dessa forma, ao permitir que as microempresas e empresas de pequeno porte participem de consórcios, a Lei Complementar 123/2006 está proporcionando a elas a chance de acessar um mercado maior e mais competitivo.

Por meio da cooperação entre as empresas, os consórcios permitem a otimização de recursos e a compartilhamento de conhecimentos e expertise. Isso possibilita que as microempresas e empresas de pequeno porte possam superar limitações individuais e competir de forma mais efetiva no mercado.

Além disso, a participação em consórcios traz diversas vantagens para as empresas beneficiadas pela Lei Complementar 123/2006. Por exemplo, elas podem ter acesso a tecnologias e inovações que seriam inacessíveis individualmente, além de poderem participar de licitações e concorrências que demandam uma capacidade de produção maior e uma experiência em determinadas áreas.



PROCESSO Nº 15.398/2023

FLS. _____ RUBRICA _____

Outro ponto relevante é que a concessão de benefícios da lei para consórcios estimula a formação dessas parcerias estratégicas entre as microempresas e empresas de pequeno porte. Isso colabora para a criação de uma cultura de cooperação e associativismo, fortalecendo o elo entre os empreendedores e incentivando a troca de experiências e o crescimento conjunto.

Essa medida também contribui para a geração de empregos, uma vez que o fortalecimento das microempresas e empresas de pequeno porte por meio dos consórcios possibilita a ampliação de suas operações e, conseqüentemente, a necessidade de contratar mais funcionários.

Por fim, é importante ressaltar que a concessão de benefícios da Lei Complementar 123/2006 para consórcios está alinhada com o objetivo de promover a inclusão produtiva e o desenvolvimento econômico-social do país, uma vez que possibilita a ascensão das microempresas e empresas de pequeno porte para patamares mais competitivos e sustentáveis.

Em suma, a concessão de benefícios da Lei Complementar 123/2006 para consórcios se justifica pela oportunidade de ampliação de mercado, otimizando recursos e compartilhando conhecimentos. Além disso, a medida está alinhada com o estímulo à cooperação e ao associativismo entre as empresas, além de impulsionar a geração de empregos e o desenvolvimento econômico do país.

E memorando ao aludido, o termo “consórcio” figura explícito no art 13-A do Decreto Federal 8.538/15, destarte os argumentos da recorrente que *‘entende que, se nem a lei e nem o Edital preveem tratamento diferenciado ou regime de preferência para consórcios’* não merecem prosperar.

Continuadamente, a recorrente alega que:

“12. Nesse sentido, confira-se jurisprudência do TCU:

“Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 113, inciso § 1º, da Lei nº 8.666/1993, 1º, inciso II, 43, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, 1º, inciso XXVI, 17, inciso IV, 143, inciso III, 235, 237, inciso VII, 250, inciso I, do Regimento Interno, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente (...) verificada irregularidade relativa à concessão do direito de preferência de contratação com o poder público ao consórcio



PROCESSO Nº 15.398/2023

FLS. _____ RUBRICA _____

formado pelas empresas MKS Comércio e Serviços Ltda. e Maximum Comercial Importadora e Exportadora Ltda., haja vista a ausência de expressa previsão legal na Lei Complementar nº 123/2006, que estabelece normas gerais relativas ao tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios” (TCU, Acórdão nº 2422/2013, 2ª Câmara, Rel. Min. José Jorge, Data da Sessão: 07/05/2013)

13. Nessa linha, reitera-se o entendimento de que o direito de preferência previsto no art. 44 da Lei Complementar nº 123/2006 deve ser atribuído, individualmente, às entidades enquadradas como ME ou EPP, de acordo com o faturamento apurado em cada exercício, nos termos da referida norma, não sendo, em hipótese alguma aplicável a consórcios que pretendem contratar com a Administração.”

Resposta ao Recorrente:

Conforme citado nesta análise, o entendimento do TCU no caso concreto acima é de que a receita do Consórcio superava o limite estabelecido na Lei Complementar 123/06 para concessão de tratamento diferenciado. Situação distinta deste certame.

Também evidencio que o acórdão do Tribunal de Contas é uma decisão judicial emitida por um órgão colegiado que atua no controle externo da administração pública. Essa decisão possui caráter normativo e busca orientar a atuação dos gestores públicos, servindo como referência para futuros casos semelhantes.

No entanto, é importante ressaltar que o acórdão do Tribunal de Contas não possui força de lei. Ele não é uma norma legal, mas sim uma interpretação jurisprudencial realizada pelos membros do tribunal.

Dessa forma, quando uma nova lei é criada sobre determinado assunto que possa estar em conflito com o acórdão do Tribunal de Contas, a lei passa a ter validade e deve ser aplicada. Isso ocorre porque a lei é uma fonte formal do direito e possui hierarquia superior ao acórdão, superando-o em caso de divergência.

Assim, a criação de uma nova lei pode invalidar ou modificar as orientações contidas em um acórdão do Tribunal de Contas, tornando-o não mais aplicável em relação à nova legislação. É importante respeitar a hierarquia normativa e adequar a atuação dos gestores públicos às disposições legais vigentes.



PROCESSO Nº 15.398/2023

FLS. _____ RUBRICA _____

E rememoro, de mesmo modo, que o citado acórdão é de 2013 e houve sanção da Lei Complementar 147 em 07 de agosto de 2014, que alterou diversos artigos da Lei Complementar 123/06 para concessão de benefício do tratamento diferenciado para as empresas reunidas em sociedade de propósito específico.

Logo após, a recorrente alega:

“III.B SUBSIDIARIAMENTE. IMPOSSIBILIDADE DE CONCESSÃO DO BENEFÍCIO NO CASO CONCRETO.

III.B.1. NECESSIDADE DE DEMONSTRAÇÃO DE QUE AMBAS AS EMPRESAS DO CONSÓRCIO DECLARADO VENCEDOR SE ENQUADRAM NOS REQUISITOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006.

14. Ainda que se pudesse admitir a concessão da preferência do art. 44 para empresas reunidas em consórcio, a despeito da ausência de previsão legal e editalícia, entende-se que o consórcio apenas poderá receber o tratamento jurídico diferenciado da Lei Complementar nº 123/2006 caso formado por duas empresas classificadas como ME ou EPP nos termos da lei.

15. Nesse sentido, o Decreto 8.538/2015, que “regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para microempresas, empresas de pequeno porte”, prevê o seguinte:

Art. 13-A. O disposto neste Decreto se aplica aos consórcios formados exclusivamente por microempresas e empresas de pequeno porte, desde que a soma das receitas brutas anuais não ultrapassem o limite previsto no art. inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006

16. Muito embora esse decreto também não trate de eventual direito a preferência, na remota hipótese de se considerar que a preferência do art. 44 da lei complementar se estende a consórcios, é necessário que o mesmo atenda as especificidades do referido Decreto, ou seja, ser formado exclusivamente por microempresas e empresas de pequeno porte, e que a soma das receitas brutas não ultrapasse o valor anual de R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais) previsto no art. 3º, inciso II da referida lei complementar.

17. Esse não é o caso do consórcio declarado vencedor do Pregão em questão. Como será demonstrado no tópico IV deste recurso, a empresa AMARATECH não comprovou



PROCESSO Nº 15.398/2023

FLS. _____ RUBRICA _____

o enquadramento nos requisitos da Lei Complementar nº 123/2006 no momento da realização do certame, não tendo sido demonstrado o enquadramento de ambas as empresas no regime da lei. Também por essa razão é imperativo o afastamento da preferência e a reforma da decisão recorrida.

III.B.2. RECEITA BRUTA CONJUTA DAS EMPRESAS CONSORCIADA QUE EXCEDE O LIMITE LEGAL

18. Na remota hipótese de comprovação de que ambas as empresas do consórcio são classificadas como ME ou EPP nos termos da lei, o entendimento da jurisprudência do TCU é cristalino no sentido de que: “É indevida, em avaliação inicial, a concessão do benefício estipulado no art. 44 da Lei Complementar nº 123/2006 a consórcio de empresas cuja soma dos faturamentos anuais extrapole o limite previsto no art. 3º, inciso II, dessa lei” (Enunciado do Informativo de Licitações e Contratos nº 133 do TCU, Sessões de 20 e 21 de novembro de 2012).

19. No caso concreto, como será abordado no próximo capítulo, entende-se que a AMARATECH não informou a receita bruta para o ano-calendário corrente nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, havendo fortes indícios de que a sua receita bruta, por si só, já extrapola o limite legal. Esse não atendimento ao limite legal é agravado se considerada a receita bruta das duas empresas do consórcio em conjunto.

20. Com o devido respeito, não se pode admitir que as empresas formadoras de consórcio cujo faturamento se encontra acima dos limites legais para enquadramento como empresa de pequeno porte sejam duplamente beneficiadas no certame: a uma porque com a celebração do consórcio já se beneficia pelo aumento de competitividade, a duas porque seria beneficiado como se empresa de pequeno porte fosse.”

Resposta ao Recorrente:

Em síntese, a recorrente já sana seus equívocos com suas próprias alegações, considerando que receita bruta auferida pela empresa AMARATECH SOLUCOES EM INFORMÁTICA LTDA somada a receita auferida pela empresa ALTA REDE NETWORK PROVEDOR DE INTERNET LTDA não extrapola o limite de R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais) previstos no art. 3º, inc II da Lei Complementar 123/06.

9



PROCESSO Nº 15.398/2023

FLS. _____ RUBRICA _____

A licitante vencedora do lote 01 apresentou suas demonstrações contábeis de acordo com o exigido no edital e não há fundamento legal para as declarações da recorrente que *“consórcio cujo faturamento se encontra acima dos limites legais para enquadramento como empresa de pequeno porte”* ou de *“havendo fortes indícios de que a sua receita bruta, por si só, já extrapola o limite legal. Esse não atendimento ao limite legal é agravado se considerada a receita bruta das duas empresas do consórcio em conjunto”*.

O pregoeiro, como figura central dentro do processo de licitação na modalidade pregão, deve desempenhar sua função dentro dos limites da legalidade e com julgamentos objetivos. Sua atuação é vital para garantir a transparência e a lisura do processo, visando a seleção da proposta mais vantajosa para a administração pública.

É importante ressaltar que o pregoeiro detém a responsabilidade de conduzir o certame, desde a divulgação do edital até o momento de adjudicação do objeto licitado. Nesse contexto, ele deve agir em conformidade com a legislação vigente, como a Lei nº 10.520/2002 e o Decreto nº 10.024/2019, cumprindo todas as etapas e requisitos estabelecidos.

Dentro desse cenário, o pregoeiro deve conduzir os procedimentos com imparcialidade, isenção e ética. Ele deve basear suas decisões em critérios objetivos e claros, definidos previamente no edital, evitando assim qualquer tipo de favorecimento ou discriminação entre os participantes.

Julgamentos subjetivos podem abrir espaço para questionamentos e até mesmo contestações jurídicas, comprometendo a legitimidade do processo licitatório. Não é coerente que o agente responsável pela condução do certame tome decisões baseadas em indícios e suposições que ultrapassam, até mesmo a legislação existente transfigurando a isonomia da disputa em julgamentos subjetivos provocados por presunções sem fundamentação.

Além disso, é dever do pregoeiro assegurar a legalidade dos atos praticados durante a sessão pública, atentando-se para a obediência ao princípio da impessoalidade. Ele deve se abster de qualquer interferência indevida ou influência externa que possa influenciar suas decisões, garantindo assim a imparcialidade e a justiça do processo.

É válido destacar também que o pregoeiro deve dominar o conhecimento técnico e normativo relacionado à modalidade pregão, entendendo as especificidades do objeto a ser licitado e as particularidades do setor público. A capacitação técnica permite a



PROCESSO Nº 15.398/2023

FLS. _____ RUBRICA _____

tomada de decisões embasadas e adequadas, contribuindo para a eficiência e a eficácia do processo licitatório.

Portanto, o pregoeiro desempenha um papel fundamental na condução do pregão, devendo atuar dentro da legalidade e com julgamentos objetivos. Sua ação se sustenta na transparência, no respeito às normas e nos critérios previamente estabelecidos, visando sempre a seleção da proposta mais vantajosa para a administração pública. A atuação ética e imparcial do pregoeiro é crucial para a efetivação de um processo licitatório idôneo e confiável.

Ato contínuo, a recorrente alega:

“IV.A. INSUFICICÊNCIA DA DOCUMENTAÇÃO FINANCEIRA APRESENTADA PELA AMARATECH PARA COMPROVAR O ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DA LEI COMPLEMENTAR. INDÍCIOS DE FATURAMENTO SUPERIOR AO LIMITE LEGAL NO ANO CORRENTE DE 2023. NECESSIDADE DE DILIGÊNCIA NA DOCUMENTAÇÃO FINANCEIRA APRESENTADA PELA AMARATECH

22. Para que seja classificada como microempresa e receba o tratamento jurídico diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006, incluindo o benefício da preferência nas licitações (art. 44), a empresa deverá atender aos requisitos elencados no art. 3º da Lei, quais sejam:

“Art. 3º Para os efeitos desta Lei Complementar, consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte, a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário a que se refere o art. 966 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que:

I - no caso da microempresa, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais); e

II - no caso de empresa de pequeno porte, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais)”

23. No caso concreto, de acordo com a documentação apresentada pela AMARATECH no certame, a empresa foi constituída em 15.07.2022, sendo que a Demonstração de



PROCESSO Nº 15.398/2023

FLS. _____ RUBRICA _____

seu Resultado Financeiro para ano-calendário de 2022 não indica a receita bruta da empresa naquele ano, considerada, portanto, igual a zero. A Recorrente entende que essa inexistência de “receita bruta” na documentação apresentada pela AMARATECH muito provavelmente se deve ao fato de que, no ano de 2022, a empresa ainda não tinha dado início às suas operações.

24. No entanto, considerando que o pregão eletrônico foi realizado no final do ano de 2023, especificamente no dia 18.12.2023, e considerando a boa-fé objetiva a ser observada pelas licitantes, a Recorrente entende que a AMARATECH deveria ter fornecido a documentação comprobatória da sua situação financeira atual, indicando a receita bruta no ano calendário corrente de modo a comprovar o enquadramento no regime de benefícios de ME ou EPP.

25. Nesse sentido, o art. 3º, §9º da Lei Complementar nº 123/2006 prevê que a empresa que exceder a receita bruta do limite legal será EXCLUÍDA do tratamento da lei no MÊS SUBSEQUENTE à verificação de tal excesso. Confira-se: “§ 9º A empresa de pequeno porte que, no ano-calendário, exceder o limite de receita bruta anual previsto no inciso II do caput deste artigo fica excluída, no mês subsequente à ocorrência do excesso, do tratamento jurídico diferenciado previsto nesta Lei Complementar, incluído o regime de que trata o art. 12, para todos os efeitos legais, ressalvado o disposto nos §§ 9º-A, 10 e 12”.

26. No caso concreto, como a AMARATECH não apresentou a demonstração financeira no ano-calendário corrente (2023), não é possível saber ao certo qual a receita bruta anual atualizada da empresa e tampouco se ainda se enquadrava nos limites do art. 3º da referida Lei quando participou no certame.

27. De todo modo, a Recorrente identificou alguns indícios de que a receita bruta para o ano de 2023 superou em muito o limite legal de R\$ 360.000,00 para microempresa e R\$ 4.800.000,00 para empresa de pequeno porte. Conforme informações extraídas do Portal da Transparência da própria Prefeitura de Saquarema, a AMARATECH firmou contratos de vultuosos valores com a Administração Pública no ano de 2023. Confira-se publicação que indica a assinatura de contrato de valor anual de R\$ 15 milhões:

- “Processo Administrativo nº 16.042/2022 Modalidade: Pregão Presencial nº 100/2022. Objeto: contratação de empresa especializada na prestação de serviços de rede privada de dados utilizando tecnologia MPLS e link dedicado de internet, com implantação de circuitos de comunicação, instalação incluindo os equipamentos necessários, configuração, ativação, operação e manutenção, com gestão de serviços

9



PROCESSO Nº 15.398/2023

FLS. _____ RUBRICA _____

de segurança e monitoramento de rede, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Saquarema. Homologo o resultado do julgamento do respectivo procedimento licitatório e ato de adjudicação constante nos autos do processo, em favor da empresa Amaratech Soluções em Informática LTDA - CNPJ nº 47.165.306/0001-61, com sede à Rua Visconde de Pirajá nº 495 – sala 201 – Rio de Janeiro – Ipanema/RJ, no valor total de R\$ 15.003.699,48 (quinze milhões, três mil, seiscentos e noventa e nove reais e quarenta e oito centavos). Saquarema, 26 de dezembro de 2022. Élide da Silva Alves. Secretária Municipal de Gestão, Inovação e Tecnologia”.

- “EXTRATO DE CONTRATO Nº 246/2022 Processo Administrativo nº 16.042/2022 Modalidade: Pregão Presencial nº 100/2022. Contratante: Município de Saquarema. Contratada: Amaratech Soluções em Informática LTDA - CNPJ nº 47.165.306/0001-61. Objeto: contratação de empresa especializada na prestação de serviços de rede privada de dados utilizando tecnologia MPLS e link dedicado de internet, com implantação de circuitos de comunicação, instalação incluindo os equipamentos necessários, configuração, ativação, operação e manutenção, com gestão de serviços de segurança e monitoramento de rede, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Saquarema. Prazo de vigência: 12 (doze) meses. Valor Total do Contrato: R\$ 2.091.159,36 (dois milhões, noventa e um mil, cento e cinquenta e nove reais e trinta e seis centavos). Dotação Orçamentária: PT 19.126.0024.2.078; ND 3.3.90.40.11.00; Fonte 1533. Data da Assinatura: 28 de dezembro de 2022. Élide da Silva Alves. Secretária Municipal”

28. Com base nesses indicativos de que a receita bruta anual da empresa no ano corrente de 2023 não a enquadra no tratamento da Lei Complementar nº 123/2006, é urgente a realização de diligências na documentação da empresa parte do consórcio declarado vencedor.

29. Nessa linha, o §4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 traz uma série de vedações à aplicação do regime diferenciado de contratação justamente para “impossibilitar que grandes empresários ou grupos empresariais mantenham algumas microempresas e empresas de pequeno porte, com o fim único de usufruir dos benefícios legalmente concedidos, ferindo de morte a finalidade da Lei Complementar sob exame”.

30. Confirma-se o entendimento da jurisprudência a esse respeito: “A questão principal que se traz à baila é essa: qual a finalidade da vedação quando tramitação do Projeto de Lei Complementar nº 123/04 no Congresso Nacional? Qual a vontade do legislador



PROCESSO Nº 15.398/2023

FLS. _____ RUBRICA _____

infraconstitucional que confere solidez e rigidez que fazem a validade do direito escrito? Vários estudos sobre essa legislação concluem (...) que as vedações contidas no § 4º do artigo 3º da LC nº 123/2006 têm como finalidade impossibilitar que grandes empresários ou grupos empresariais mantenham algumas microempresas e empresas de pequeno porte, com o fim único de usufruir dos benefícios legalmente concedidos, ferindo de morte a finalidade da Lei Complementar sob exame” (TJ-SP, AC nº 10417523820218260053, 8ª Câmara de Direito Público, Rel. Antônio Celso Faria, Data de Julgamento: 25/10/2022, Data de Publicação: 25/10/2022)”

Resposta ao Recorrente:

A aliança de conhecimentos contábeis e jurídicos em uma licitação é de extrema importância para garantir a transparência, integridade e conformidade do processo.

Os conhecimentos contábeis permitem que a empresa ou órgão responsável pela licitação tenha uma visão clara e precisa das finanças e contas envolvidas, podendo analisar e verificar a viabilidade financeira dos fornecedores e suas propostas. Além disso, a contabilidade também auxilia na elaboração do orçamento e no controle dos gastos durante a execução do contrato.

Por outro lado, os conhecimentos jurídicos são essenciais para garantir que todo o processo de licitação esteja de acordo com a legislação vigente, evitando problemas legais e jurídicos futuros. O conhecimento jurídico também auxilia na elaboração e interpretação dos editais, contratos e demais documentos legais necessários para a licitação.

A aliança dessas áreas de conhecimento permite que sejam avaliados tanto os aspectos financeiros quanto legais da licitação, garantindo mais transparência, isonomia e competitividade entre os participantes. Isso contribui para a escolha da proposta mais vantajosa para a administração pública e para a sociedade como um todo, sendo fundamental para assegurar a eficiência do processo, evitar irregularidades, cumprir a legislação e promover a melhor utilização dos recursos públicos, resultando em benefícios para a administração pública e para a sociedade.

Existe um forte desacerto nas alegações da recorrente, considerando que a legislação se baseia no “ano-calendário” para apresentação das demonstrações contábeis e não no ano vigente da licitação.

9



PROCESSO Nº 15.398/2023

FLS. _____ RUBRICA _____

Trago a luz que o ano calendário na contabilidade refere-se ao período de 12 meses consecutivos que começa em 1º de janeiro e termina em 31 de dezembro. É o período padrão de relatórios financeiros e demonstrações contábeis utilizadas pelas empresas para fins de transparência e conformidade com as normas contábeis.

Durante o ano calendário, as empresas registram transações financeiras, mantêm seus livros contábeis atualizados e preparam relatórios financeiros, como o balanço patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) e a Demonstração dos Fluxos de Caixa.

O ano calendário também é importante para fins fiscais, pois muitos países exigem que as empresas apresentem suas declarações de impostos anuais com base no ano calendário. Isso envolve a determinação dos lucros e perdas ao longo do ano, bem como a aplicação da legislação tributária correspondente.

Simplificando, o ano calendário é o período de referência utilizado pela contabilidade para registrar, resumir e relatar as atividades financeiras e resultados de uma empresa durante um período de 12 meses consecutivos.

Como dito pelo próprio recorrente, estamos no final de 2023 e segundo as normas contábeis a data limite de apresentação do balanço patrimonial de um exercício financeiro será sempre até 30 de abril do ano subsequente aos fatos registrados; a partir daí, os informes anteriores perdem a sua validade.

A empresa AMARATECH foi constituída em 15/07/2022 e não apresentou receita bruta no balanço patrimonial por não exercer atividades no ano de 2022, atual exercício para utilização das demonstrações contábeis segundo a legislação. Por não atingir o limite estabelecido no Art. 3º, inc II da Lei 123/06 a licitante se encontra apta para usufruir dos benefícios da Lei Complementar 123/06 durante todo o ano de 2023, mesmo que atinja o limite do faturamento, só irá perder o direito ao uso das prerrogativas no mês subsequente ao fechamento do ano-calendário.

As requisições da licitante de apresentação de demonstrações do ano de 2023 extrapolam os limites da legalidade e não encontram amparo nem no instrumento convocatório e nem na legislação vigente, como já calculado pela licitante no item 34 de sua peça recursal, *in verbis*:

“34. Por fim, deve-se considerar ainda o exposto no tópico IV.C deste recurso: se já não é crível, pelos fatos expostos acima, que a AMARATECH atenda



PROCESSO Nº 15.398/2023

FLS. _____ RUBRICA _____

aos requisitos objetivos para classificação como ME ou EPP (considerando que não informou a receita bruta para o ano-calendário corrente nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006), é ainda menos plausível que a receita conjunta dessa empresa com a ALTA REDE, empresa consorciada cuja receita bruta foi de R\$ 2.610.650,00 no ano-calendário de 2022 (conforme demonstrativos apresentados durante o próprio pregão) esteja dentro do limite legal de R\$ 4.800.000,00 (art. 3º, inciso II, da Lei Complementar nº 123/2006) para recebimento do tratamento de preferência, conforme o entendimento pacificado pelo TCU (vide item 17 deste recurso)."

A seguir, a recorrente alega:

'31. Nesse mesmo sentido, deve-se atentar ainda ao racional da nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021), aplicável ao caso por analogia.

32. O art. 4º do novo diploma legal prevê o "desenquadramento ficto" do regime diferenciado de contratação e benefícios previsto na referida Lei Complementar em duas situações: (i) quando as microempresas e empresas de pequeno porte participarem de licitações cujos valores estimados forem superiores à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte (R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais), nos parâmetros dos incisos I e II, do §1º do artigo 4º da Lei nº 14.133/2021; e (ii) quando a microempresa ou empresa de pequeno porte celebrarem, no ano calendário de realização da licitação, contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento de empresa de pequeno porte (R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais), conforme o art. 4º, §3º da Lei nº 14.13/2021.

33. Com o devido respeito, apesar de o pregão ser regido pela antiga Lei nº 8.666, a Recorrente entende que o mesmo racional deverá ser aplicado ao caso concreto, pois não há lógica que a AMARATECH, com contratos firmados com a Administração de



PROCESSO Nº 15.398/2023

FLS. _____ RUBRICA _____

valores muito superiores ao limite legal, beneficie-se de normas que foram pensadas para aproveitar a empresas com receita bruta e faturamento abaixo do limite previsto em lei.”

Resposta ao Recorrente:

A priori, reproduzo o Art 191 da Lei 14.133/21:

“Art. 191. Até o decurso do prazo de que trata o inciso II do caput do art. 193, a Administração poderá optar por licitar ou contratar diretamente de acordo com esta Lei ou de acordo com as leis citadas no referido inciso, e a opção escolhida deverá ser indicada expressamente no edital ou no aviso ou instrumento de contratação direta, vedada a aplicação combinada desta Lei com as citadas no referido inciso.”

A Lei 14.133/2021 é inteligível quanto a vedação de uso combinado com as leis 10.520/02 e 8.666/93, em vista disso, não há o que se argumentar no julgamento desta licitação utilizando de prerrogativas da nova lei de licitações e contratos, considerando que todos os atos não serão por ela regidos.

Logo, a recorrente alega:

“V. NECESSIDADE DE DILIGÊNCIAS COM RELAÇÃO À COMPOSIÇÃO SOCIETÁRIA DA AMARATECH.

36. A Recorrente identificou que o Sr. Lucas Amorim Rosado, único sócio e representante legal da AMARATECH conforme documentação apresentada no pregão, é também sócio de outras empresas, tal qual a sociedade denominada “RZ BARRA DELIVERY DE ALIMENTOS E BEBIDAS LTDA”, constituída em 28.12.2022.

37. Considerando as vedações impostas no art. 3º, §4º da Lei Complementar nº 123/2006, notadamente incisos III, IV e V que vedam a classificação como ME e EPP de empresas cujo sócio majoritário componha quadro societário de outras empresas com soma de receita bruta superior ao limite legal, a Recorrente entende ser necessária



PROCESSO Nº 15.398/2023

FLS. _____ RUBRICA _____

a realização de diligências com relação à composição societária da AMARATECH, a fim de verificar a ausência das vedações determinadas no referido dispositivo.”

Resposta ao Recorrente:

A fim de diligência das alegações da licitante, foram levantados os cadastros do Sicaf, onde só foram encontrados dados referentes à sociedade pelo senhor Lucas Amorim Rosado com a empresa AMARATECH SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA, também foi consultado à Jucerja que retornou resultado para as empresas *RZ BARRA DELIVERY DE ALIMENTOS E BEBIDAS LTDA* e AMARATECH SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA.

Inverso ao arguido pela recorrente, só foi identificado pelo CPF pesquisado participação societária nas duas citadas empresas, ausentes demais empresas.

Foi realizado também, o levantamento quanto a receita bruta da empresa *RZ BARRA DELIVERY DE ALIMENTOS E BEBIDAS LTDA* para o ano calendário de 2022, onde se levantou que a empresa não auferiu receita bruta (segue comprovações em anexo), portanto somadas as receitas com o consórcio participante da licitação não ultrapassa os limites da Lei Complementar 123/2006.

Para fins de transparência dos atos praticados, faço anexo a este documento o levantamento da Jucerja, assim como o contrato social, que confirma que o sócio Lucas Amorim Rosado não é sócio majoritário da empresa, fazendo participação do quadro de sócios em 08 de novembro de 2022 (com cota de participação de apenas 20% da sociedade), declaração de entrega do Simples nacional, informando as receitas da empresa em 2022 (igual a zero) e em diligência declaração formal de profissional contábil responsável pela empresa *RZ BARRA DELIVERY DE ALIMENTOS E BEBIDAS LTDA*, juntamente com a consulta de optante pelo simples das licitantes, que confirmam toda a legalidade da participação do consórcio com as prerrogativas da Lei Complementar 123/06.

Em conclusão a recorrente alega que:

“VI. DEMAIS RAZÕES PARA INABILITAÇÃO. NÃO ATENDIMENTO AO ITEM 14.4.4 DO TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO AO EDITAL

38. O item 14.4.4 do Termo de Referência anexo ao Edital prevê que: “A licitante vencedora do Lote 1 deverá comprovar o seguinte: a) Comprovar conexão própria em ≥

9



PROCESSO Nº 15.398/2023

FLS. _____ RUBRICA _____

02 Pontos de Troca de Tráfego (PTTs), incluindo o PTT da Região Sudeste. b) Que possui backbone IP com saída internacional com capacidade de, no mínimo, 2 (dois) Gbps. Essa saída deverá ser composta por uma ou mais conexões ponto-a-ponto entre o backbone IP da CONTRATADA e do AS remoto”

39. Ao examinar a documentação apresentada no pregão, a Recorrente identificou que o consórcio vencedor não apresentou a documentação necessária para fins de comprovação da capacidade de trânsito internacional, documento esse que costuma ser emitido pela própria provedora fornecedora da conexão internacional pelo seu Data Center.

40. Também por essa razão, a Recorrente entende que a decisão que declarou vencedor o consórcio formado por AMARATECH e ALTA REDE deverá ser reformada, com a determinação de diligência para complementação da documentação que ateste a qualificação do consórcio, notadamente com relação ao item 14.4.4 do Termo de Referência.”

Resposta ao Recorrente:

Origem do princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

O princípio da vinculação ao instrumento convocatório está disciplinado nos artigos 3º, 41 e 55, XI, da Lei nº 8.666/1993, que rege o procedimento licitatório, vejamos:

“Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.



PROCESSO Nº 15.398/2023

FLS. _____ RUBRICA _____

Art. 55. São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam:

[...]

XI - a vinculação ao edital de licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexigiu, ao convite e à proposta do licitante vencedor;”.

Neste sentido, dentre as principais garantias que cercam o processo licitatório (princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, isonomia, publicidade e eficiência), pode-se destacar a vinculação da Administração ao edital que regulamenta o certame.

Trata-se de uma segurança para o licitante e para o interesse público, extraída do princípio do procedimento formal, que determina à Administração que observe as regras por ela própria lançadas no instrumento que convoca e rege a licitação. Em outras palavras, dizemos que: **“nada poderá ser criado ou feito sem que haja previsão no ato convocatório.”**

Dito isto, pode se dizer, sob um certo ângulo, que o edital é o fundamento de validade dos atos praticados no curso da licitação, na acepção de que a desconformidade entre o edital e os atos administrativos praticados no curso da licitação se resolve pela invalidade deste últimos

Como bem destaca FERNANDA MARINELA, o princípio da vinculação ao instrumento convocatório leva à assertiva de que o edital é a lei interna da licitação:

“Como princípio específico da licitação, tem-se a vinculação ao instrumento convocatório. O instrumento, em regra, é o edital que deve definir tudo que é importante para o certame, não podendo o Administrador exigir nem mais nem menos do que está previsto nele. Por essa razão, é que a doutrina diz que o edital é lei interna da licitação, ficando a ele estritamente vinculada, conforme previsto no art. 41 da lei.”

9



PROCESSO Nº 15.398/2023

FLS. _____ RUBRICA _____

Contudo, conclui-se que a Administração Pública, no curso do processo de licitação, não pode se afastar das regras por ela mesma estabelecidas no instrumento convocatório, pois, para garantir segurança e estabilidade às relações jurídicas decorrentes do certame licitatório, bem como para se assegurar o tratamento isonômico entre os licitantes, é necessário observar estritamente as disposições constantes do edital ou instrumento congênere

Cabe esclarecer que o edital não prevê solicitação “comprovação da capacidade de trânsito internacional” junto à documentação de habilitação e ainda, não se encontra amparo para esta exigência no rol taxativo dos Arts 27 a 32 da Lei 8.666/93, se tratando o item 14.4.4 de comprovação técnica a ser realizada em momento de execução contratual e não de habilitação para o certame.

Em conclusão, entendo que o presente recurso não merece prosperar, considerando todas as fundamentações acima apresentadas.

CONCLUSÃO

Em razão do acima exposto, recebo o recurso apresentado, dele tomo conhecimento, pois tempestivo e no mérito **nego-lhe provimento**.

Firmo que a recorrente **NÃO ASSISTE RAZÃO** em suas alegações, por não restar dúvidas quanto a regularidade dos atos praticados durante a condução do certame Pregão Eletrônico 015/2023.

Mantenho a decisão em declarar habilitada e vencedora do lote 01 a licitante **CONSÓRCIO CONECTIVIDADE SAQUAREMA**.

Dê ciência da decisão à licitante requerente e demais concorrentes e interessados na licitação.

Encaminhe para o setor jurídico do Município, para emissão de parecer, posteriormente à autoridade competente para ciência e decisão final relativa ao certame.


GUILHERME CASTRO
Pregoeiro

Saquarema, 04 de janeiro de 2023.
Guilherme V. e Castro
Diretor Adjunto de Licitação
Mat. 8109

Home > Vínculo Empresarial

Processo Empresa

Usuário: GUILHERME VINICIUS E CASTRO SILVA DA SILVEIRA

CPF: 127.222.217-99

Pesquisar

Informe o nome abaixo:

CPF:

385.739.558-30

CNPJ:

Pesquisar

Esta pesquisa busca por nomes de pessoas físicas e jurídicas SOMENTE com a mesma grafia digitada.

Resultado da Busca

	Nire	Nome Empresarial	Status
		LUCAS AMORIM ROSADO 38573955830	Extinta
	33.2.1112332-1	RZ BARRA DELIVERY DE ALIMENTOS E BEBIDAS LTDA	Registro Ativo
	33.2.1210843-1	AMARATECH SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA	Registro Ativo

Nome Empresarial Antigo

Nome Empresarial Antigo

Data	Nome Empresarial
15/10/2020	RZ BARRA DELIVERY DE ALIMENTOS E BEBIDAS LTDA




Acesso Rápido

Não encontrou o que deseja? Faça uma busca!


Pesquise por um serviço, informação, ata e etc...

BUSCAR

NOSSA LOCALIZAÇÃO:

 Avenida Rio Branco, 10 - Centro - RJ CEP: 20090-000

 Atendimento do Protocolo de 09h às 16h. De Segunda à Sexta.

 [Todos os pontos de atendimento \(/Contato/LocaisAtendimento\)](#)

© Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Todos os Direitos Reservados. *copyright 2016.*



33.2.1112332-1

Sociedade empresária limitada

Microempresa

TERMO DE AUTENTICAÇÃO

RZ BARRA DELIVERY DE ALIMENTOS E BEBIDAS LTDA ME

Eventos

002

[illegible]

CERTIFICO O DEFERIMENTO POR PAOLA DOMINGUES JACOB SOB O NÚMERO E DATA ABAIXO:

[illegible]

Deferido em 28/12/2022 e arquivado em 28/12/2022

Capa Nº Páginas

10

1/1

Jorge Paulo Magdaleno Filho

SECRETÁRIO GERAL

Observação:

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: RZ BARRA DELIVERY DE ALIMENTOS E BEBIDAS LTDA

Empresa: RZ BARRA DELIVERY DE ALIMENTOS E BEBIDAS LTDA
NIRE: 332.1112332-1 Protocolo: 00-2022/928244-0 Data do protocolo: 20/12/2022

CEPTEL E ARQUIVAMENTO em 28/12/2022 SOB O NÚMERO 00005229726, 33901893207 e demais constantes

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO
do termo de autenticação.

do termo de autenticação.
Autenticação: 1A0B44D9055A486C50B440D0C237B903394C1DA50B839D2A736524DF5F80FE73

Autenticação: 1A0B44D9055A496C50B440D0C237B903394C1DA30B839DZA7363Z4DF3F80FE73
Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.



assinado digitalmente /

Pag. 01/10

**1ª ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA
RZ BARRA DELIVERY DE ALIMENTOS E BEBIDAS LTDA.
CNPJ/ME nº 39.437.831/0001-60
NIRE nº 332.1112332-1**

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito:

LEONARDO FERNANDO ROYO NETO, brasileiro, solteiro, empresário, portador da Cédula de Identidade nº 209064963 expedida pela DIC/RJ, inscrito no CPF/ME sob o nº 119 882 087-00, residente e domiciliado na Rua Barata Ribeiro nº 63, ap. 601, Copacabana, CEP 22011-001, Rio de Janeiro- RJ, na qualidade de único quotista da sociedade limitada

Único sócio da sociedade empresária limitada unipessoal, denominada **RZ BARRA DELIVERY DE ALIMENTOS E BEBIDAS LTDA.**, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 39.437.831/0001-60, com sede na Avenida Nuta James, nº 65, loja D, Barra da Tijuca, CEP 22640-030, Rio de Janeiro-RJ, com seu contrato social arquivado na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro (JUCERJA), sob nº 33.2.1112332-1, em sessão de 15/10/2020, resolve alterar o Contrato Social da Sociedade, mediante as seguintes condições

1. O sócio **LEONARDO FERNANDO ROYO NETO** cede e transfere 27.000 (vinte e sete mil) quotas no valor nominal de R\$1.00 (um real), conforme contrato de compra e venda de quotas, aos sócios ingressantes, que passam a possuir quotas da sociedade na seguinte proporção

a) ao novo sócio que integra a sociedade, **LUCAS AMORIM ROSADO**, brasileiro, solteiro, empresário, nascido em 22/07/1993, portador da Cédula de Identidade RG nº 290064906, expedida pelo DETRAN/RJ, inscrito no CPF/ME sob o nº 385 739 558-30, residente e domiciliado na Av. Rodrigo Otávio, 226 apt 414 CEP 22450-060 – Gávea, Rio de Janeiro – RJ, cede e transfere 6.000 (seis mil quotas), totalmente integralizadas, no valor de R\$ 6.000,00 (Seis mil reais).

b) ao novo sócio que integra a sociedade, **IGOR MAGNANI BARREIROS**, brasileiro, solteiro, empresário, nascido em 04/08/1986, portador da Cédula de Identidade RG nº 212181168, expedida pelo DETRAN/RJ, inscrito no CPF/ME sob o nº 118 211 477-66, residente e domiciliado na Rua Marquês de São Vicente nº 67 apt 1002 - bloco 2 – CEP 22451-041, Gávea, Rio de Janeiro – RJ, cede e transfere 10.500 (dez mil e quinhentas quotas), totalmente integralizadas, no valor de R\$ 10.500,00 (Dez mil e quinhentos reais).

c) à nova sócia que integra a sociedade, **EDINEIA GONÇALVES VITORINO**, brasileira, solteira, nascida em 10/12/1995, publicitária, portadora da Cédula de Identidade nº 8116042899, expedida pela SSP/RS, inscrita no CPF/ME sob o nº 022 864.890-41, residente e domiciliada na Avenida Eptácio Pessoa nº 3 330 apto. 101, CEP 22471-003, Ipanema, Rio de Janeiro – RJ, cede e transfere 2.250 (dois mil, duzentos e cinquenta quotas), totalmente integralizadas, no valor de R\$ 2.250,00 (Dois mil, duzentos e cinquenta reais)

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: RZ BARRA DELIVERY DE ALIMENTOS E BEBIDAS LTDA

NIRE: 332.1112332-1 Protocolo: 00-2022/928244-0 Data do protocolo: 20/12/2022

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 28/12/2022 SOB O NÚMERO 00005229726, 33901893207 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 1A0B44D9055A496C50B440D0C237B903394C1DA50B839D2A736524DF5F80FE73

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.



d) a nova sócia que integra a sociedade, **PAULA D'ALMEIDA FERRÃO**, brasileira, solteira, nascida em 04/02/2000, publicitária, portadora da Cédula de Identidade nº 30.644.774-9, expedida pelo DETRAN/RJ, inscrita no CPF/ME sob o nº 157.167.307-52, residente e domiciliada na Rua Joaquim Nabuco, 185 apto. 103, CEP 22080-030, Copacabana, Rio de Janeiro - RJ, cede e transfere 2.250 (dois mil, duzentos e cinquenta quotas), totalmente integralizadas, no valor de R\$ 2.250,00 (Dois mil, duzentos e cinquenta reais);

e) ao novo sócio que integra a sociedade, **EDUARDO ZAGARI GONÇALVES**, brasileiro, solteiro, nascida em 28/10/1977, empresário, portador da Cédula de Identidade nº 28.991.309-3, expedido pela SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 287.779.248-00, residente e domiciliado na Rua Honório de Barros I, nº 8, apto 802, bairro Flamengo, Rio de Janeiro - RJ, CEP 22250-120, cede e transfere 6.000 (seis mil quotas), totalmente integralizadas, no valor de R\$ 6.000,00 (Seis mil reais);

2. Em razão das cessões e transferências acima, a geral e irrevogável quitação pelo valor das quotas ora cedidas e transferidas será determinado na forma do instrumento particular entre as partes, e o capital social fica assim distribuído
3. Diante do ingresso dos novos sócios, a sociedade deixa de ser sociedade empresária limitada unipessoal e passa a ser sociedade limitada.
4. A sociedade resolve abrir uma filial na Avenida Nuta James, nº 65, loja D, Barra da Tijuca, CEP 22640-030, Rio de Janeiro-RJ.

Parágrafo Primeiro. Será exercida a atividade de fornecimento de alimento preparados preponderantemente para consumo domiciliar. - CNAE.56.201/04

5. A administração da sociedade passará a ser exercida pelo novo sócio **IGOR MAGNANI BARREIROS**, que se incumbirá de todas as operações e representará a sociedade ativa e passiva, judicial e extrajudicialmente.
6. O capital social que era de R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais), passa a ser de R\$ 170.000,00 (Cento e setenta mil reais) representado por 170.000 (cento e setenta) mil quotas de capital, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, cujo aumento é totalmente subscrito e integralizado, neste ato, em moeda corrente nacional, pelos sócios. Em decorrência do aumento de capital social e admissão de novos sócios, este fica assim distribuído.

Sócios	Nº de Quotas	Valor em R\$	Percentual
Leonardo Fernando Royo Neto	17.000	17.000,00	10,00%
Lucas Amorim Rosado	34.000	34.000,00	20,00%
Igor Magnani Barreiros	59.500	59.500,00	35,00%
Edineia Gonçalves Vitorino	12.750	12.750,00	7,50%
Eduardo Zagari Gonçalves	34.000	34.000,00	20,00%
Paula D'almeida Ferrão	12.750	12.750,00	7,50%
Total	170.000	170.000,00	100,00%

2/6

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: RZ BARRA DELIVERY DE ALIMENTOS E BEBIDAS LTDA

NIRE: 332.1112332-1 Protocolo: 00-2022/928244-0 Data do protocolo: 20/12/2022

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 28/12/2022 SOB O NÚMERO 00005229726, 33901893207 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 1A0B44D9055A496C50B440D0C237B903394C1DA50B839D2A736524DF5F80FE73

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.



7. À vista das alterações acima efetuadas, os sócios resolvem CONSOLIDAR o Contrato Social vigente desta Sociedade, a qual, por tal razão, passa a vigor exclusivamente mediante as Cláusulas e condições seguintes, que obrigam os sócios a bem observar e cumpri-las por si e por seus herdeiros ou sucessores a qualquer título.

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DESTA SOCIEDADE LIMITADA

CONTRATO SOCIAL
RZ BARRA DELIVERY DE ALIMENTOS E BEBIDAS LTDA.
CNPJ/MF nº 39.437.831/0001-60
NIRE nº 33.2.1112332-1

DA SEDE, DURAÇÃO E DO OBJETIVO SOCIAL

Cláusula Primeira: A sociedade girará sob o nome empresarial de "RZ BARRA DELIVERY DE ALIMENTOS E BEBIDAS LTDA", que usará como nome fantasia "GRUPO ZAGGAQUE".

Cláusula Segunda: A sociedade tem sua SEDE E FILIAL na Avenida Nuta James nº65, Loja D, Barra da Tijuca – CEP 22640-030. A sociedade poderá a qualquer tempo abrir e fechar filiais, escritórios e demais dependências em qualquer localidade do território nacional ou exterior.

Cláusula Terceira: A sociedade terá prazo de duração indeterminado.

Cláusula Quarta: A sociedade terá como objeto social da Matriz, as atividades de restaurante, pizzeria e fornecimento de refeições para consumo externo e da Filial, as atividades de fornecimento alimento preparado preponderantemente para consumo domiciliar.

DO CAPITAL SOCIAL

Cláusula Quinta: O capital social da Sociedade, totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais), dividido em 170.000 (cento e setenta mil) quotas no valor nominal de R\$1,00 (um real) cada, dividido entre os sócios da seguinte forma:

Sócios	Nº de Quotas	Valor em R\$	Percentual
Leonardo Fernando Royo Neto	17.000	17.000,00	10,00%
Lucas Amorim Rosado	34.000	34.000,00	20,00%
Igor Magnani Barreiros	59.500	59.500,00	35,00%
Edineia Gonçalves Vitorino	12.750	12.750,00	7,50%
Eduardo Zagari Gonçalves	34.000	34.000,00	20,00%
Paula D'almeida Ferrão	12.750	12.750,00	7,50%
Total	170.000	170.000,00	100,00%

Parágrafo Primeiro: As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento dos outros sócios, observados os dizeres na Cláusula Sexta.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: RZ BARRA DELIVERY DE ALIMENTOS E BEBIDAS LTDA

NIRE: 332.1112332-1 Protocolo: 00-2022/928244-0 Data do protocolo: 20/12/2022

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 28/12/2022 SOB O NÚMERO 00005229726, 33901893207 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 1A0B44D9055A496C50B440D0C237B903394C1DA50B839D2A736524DF5F80FE73

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.



Parágrafo Segundo: A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social nos termos do art. 1052 da Lei nº 10.406/02

Parágrafo Terceiro: A cada quota integralizada corresponderá um voto

Cláusula Sexta: Os sócios somente poderão ceder total ou parcialmente as suas quotas a título oneroso ou doação a terceiros, desde que seja concedido o direito de preferência aos demais sócios e que haja o respectivo consentimento para a cessão.

DA ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE

Cláusula Sétima: A administração da sociedade será exercida pelo sócio **IGOR MAGNANI BARREIROS**, o qual terá plenos poderes de administração e gestão dos negócios sociais para a prática de todos os atos e realização de todas as operações que se relacionarem estritamente com o objeto social

Parágrafo Primeiro: A Sociedade será representada, ativa e passivamente, em Juízo ou fora dele, da seguinte forma:

- (a) pelo administrador **IGOR MAGNANI BARREIROS**;
- (b) por qualquer procurador eleito nos termos do parágrafo quarto.

Parágrafo Segundo: É vedado o uso da razão social para negócios e fins estranhos à Sociedade, bem como para fianças e avais.

Parágrafo Terceiro: O administrador declara, sob as penas da lei, de que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade

Parágrafo Quarto: As procurações outorgadas pela Sociedade serão sempre assinadas pelo administrador acima qualificado, devendo conter descrição pormenorizada dos poderes outorgados e terão prazo determinado de duração, limitado a 1 (um) ano, exceto as procurações para fins judiciais, que poderão ser por prazo indeterminado.

Parágrafo Quinto: Sem prejuízo do disposto nas demais cláusulas deste contrato social, cujo quórum de aprovação deverá ser observado, as matérias abaixo relacionadas dependerão sempre de aprovação dos sócios representando, pelo menos, 2/3 (dois terços) do capital social:

- (i) A fixação da remuneração do(s) Administrador(es);
- (ii) A modificação do contrato social.

- (iii) A incorporação, fusão, cisão, dissolução ou liquidação da sociedade, ou a cessação do estado de liquidação;
- (iv) Transformação do tipo jurídico da sociedade;
- (v) A nomeação e destituição de liquidantes e a apreciação de suas contas;
- (vi) Distribuição de lucros e dividendos em proporção diversa das participações sociais;
- (vii) Empréstimos a fornecedores;
- (viii) Contratos de mútuos;
- (ix) Investimentos da Sociedade junto a terceiros, na qualidade de quotista ou acionista

Cláusula Oitava: O administrador da Sociedade fica expressamente dispensado de prestar caução pelo exercício de sua função e terá direito a uma remuneração, a título de pró-labore, a ser fixada pelos sócios em reunião de sócios.

DO BALANÇO PATRIMONIAL

Cláusula Nona: O exercício social é de 12 meses, encerrando-se no dia 31 de dezembro do ano. No final do exercício, o administrador elaborará o relatório da administração, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, os quais deverão ser assinados pelo administrador e um contabilista habilitado e submetidos à aprovação dos sócios

Parágrafo único: Fica a sociedade autorizada a levantar balanços ou balancetes intermediários em qualquer período do ano calendário, observadas as disposições legais, podendo inclusive distribuir os lucros se houver e se for de interesse do titular, inclusive a obrigação da reposição dos lucros, se os mesmos forem distribuídos com prejuízos do capital

LIQUIDAÇÃO, DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE FALECIMENTO E INCAPACIDADE DE SÓCIO E APURAÇÃO DE HAVERES

Cláusula Décima: A Sociedade entra em liquidação nos casos previstos em lei, procedendo-se à liquidação de seu ativo e passivo e atribuindo aos sócios o remanescente do patrimônio social na proporção de suas participações no capital social. Os sócios estabelecerão o modo de liquidação e nomearão o liquidante que deverá participar do período de liquidação.

Parágrafo Primeiro: A Sociedade não se dissolve pelo falecimento, falência, liquidação, insolvência, retirada, exclusão ou interdição de qualquer um dos sócios, continuando a existir com os sócios remanescentes, e, se for o caso, com os herdeiros ou sucessores do sócio falecido ou incapacitado, se esses herdeiros ou sucessores assim desejarem.

Parágrafo Segundo: Caso os herdeiros ou sucessores do sócio falecido não ingressem na Sociedade, por falta de interesse ou, *inviabilidade por qualquer razão*, a sociedade deverá efetuar a apuração de haveres do sócio retirante, falecido, incapaz ou insolvente, na forma prevista no Parágrafo Terceiro abaixo, e reembolsá-los aos herdeiros ou sucessores do sócio de acordo com a proporção que lhes caiba

Parágrafo Terceiro: Em qualquer caso de apuração de haveres previsto neste contrato ou

decorrente de determinação legal ou sentença judicial, o valor de reembolso das quotas será apurado conforme condições a serem definidas pelos sócios remanescentes, sempre observando-se o valor de mercado.

Parágrafo Quarto As quotas reembolsadas poderão ser adquiridas pela própria Sociedade, nas condições previstas em lei, ou pelo(s) outro(s) sócio(s) remanescente(s)

Parágrafo Quinto: Caso o pagamento dos haveres apurados torne inviável a continuação normal da Sociedade, os sócios representando a totalidade do capital social poderão proceder à dissolução total da Sociedade, caso em que se procederá à liquidação e partilha do patrimônio social entre os sócios.

DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula Décima Primeira Havendo questões controversas e litígios entre as partes, estas decidem desde já pela possibilidade de dirimi-los pelas vias consensuais da mediação, arbitragem ou pela via judicial, caso em que fica desde já eleito o Foro da Cidade do Rio de Janeiro/RJ, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja

Cláusula Décima Segunda A Sociedade rege-se pelas disposições da Lei nº 10.406, de 10.01.2002, com regência supletiva da Lei 6.404/1976 e alterações posteriores."

DO ENQUADRAMENTO (ME OU EPP)

Cláusula Décima Terceira - O sócio declara que a sociedade preenche os requisitos estabelecidos pelo art. 3º, I, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, enquadrando-se como Microempresa, e que não figura em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas no § 4º do art. 3º da mencionada lei.

Rio de Janeiro, 08 de Novembro de 2022.

LEONARDO FERNANDO ROYO NETO

LUCAS AMORIM ROSADO

IGOR MAGNANI BARREIROS

EDINEIA GONÇALVES VITORINO

PAULA D'ALMEIDA FERRÃO

EDUARDO ZAGARI GONÇALVES

14º

CARTÓRIO DO 14º OFÍCIO DE NOTAS - R. VISC. DE PIRAJÁ, 550 - SS 121 - IPANEMA
CEP 22410-002 - TELS. (0XX2) 2240-3797 / 2240-3807
TABELIA DRA. CONCELIANA HENRIQUE DE SOUZA

Reconheço por semelhança as(s) firma(s) de LUCAS AMORIM ROSADO - EEP07089-EEG, EDINEIA GONÇALVES VITORINO - EEP07100-PAL, PAULA D'ALMEIDA FERRÃO - EEP07101-EEI, IGOR MAGNANI BARREIROS - EEP07102-EJA, e sou fe
17/11/2022-14:52:49 - Car. 00890417-03
JANAINA SALGADO FEITOSA - ESCRIVENTE
QUOTA-Enquadramento R\$ 20,70 - Total R\$ 10,84 - Total R\$ 31,54 - Total R\$ 31,54
CNPJ 54074.097 - RJ

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: RZ BARRA DELIVERY DE ALIMENTOS E BEBIDAS LTDA

NIRE: 332.1112332-1 Protocolo: 00-2022/928244-0 Data do protocolo: 20/12/2022

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 28/12/2022 SOB O NÚMERO 00005229726, 33901893207 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 1A0B44D9055A496C50B440D0C237B903394C1DA50B839D2A736524DF5F80FE73

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o n° de protocolo.



de Janeiro 6 de dezembro de 2022

de verdade

EM TEST

RODOLPHO AUGUSTO DE SOUZA, MEI

Incl: R\$ 6,60 TJ Fundos: R\$ 2,71 Total: R\$ 9,40

Soc: EEX30082-RRV

Consulte em <https://www3.trf.ju.br/republico>



Cartório
Laranjeiras

Rua dos Laranjeiros, nº 28 - Lapa 230 - Laranjeiras
Rio de Janeiro - RJ - CEP 22240-000
www.cartoriolaranjeiros.com.br
Vigência Valsa A-360 - Taboleta

Reconheço por SEMELHANÇA as firmas de
EDUARDO ZAGARI GONCALVES

Pin de Janeiro, 28 de novembro de 2022. Em test. _____
verdade Conf. Por _____

FELIPE FERREIRA LIMA - Escrivão Autorizado - 9471982

Emquadrado: 28/11/2022 24 de novembro 194 2:24 16 56 243

Selo: EEJC68919.RSV

converse em https://www01.trjjuiz.org/portalpublico

1578667
AA501627

QR Code

Ofício do
Tribunal
Tribunal

Autenticação: 1A0B44D9055A496C50B440D0C237B903394C1DA50B839D2A736524DF5F00FE73
Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.



JUCEBDA
assinado digitalmente /

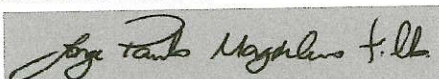


IDENTIFICAÇÃO DOS ASSINANTES

CERTIFICO QUE O ATO DA RZ BARRA DELIVERY DE ALIMENTOS E BEBIDAS LTDA, NIRE 33.2.1112332-1, PROTOCOLO 00-2022/928244-0, ARQUIVADO EM 28/12/2022, SOB O NÚMERO (S) 33901893207 (DEMAIS CONSTANTES NA CAPA), FOI ASSINADO DIGITALMENTE.

CPF/CNPJ	Nome
012.032.357-55	ANDRE LUIS CHAGAS MANHAES

28 de dezembro de 2022.



Jorge Paulo Magdaleno Filho
Secretário Geral

1/1

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: RZ BARRA DELIVERY DE ALIMENTOS E BEBIDAS LTDA

NIRE: 332.1112332-1 Protocolo: 00-2022/928244-0 Data do protocolo: 20/12/2022

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 28/12/2022 SOB O NÚMERO 00005229726, 33901893207 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 1A0B44D9055A496C50B440D0C237B903394C1DA50B839D2A736524DF5F80FE73

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.



JUCERJA
assinado digitalmente

Pag. 10/10

Declaração Original

Período de Apuração: 01/01/2023 a 31/01/2023

1. Identificação do Contribuinte

CNPJ Matriz: 39.437.831/0001-60
Nome empresarial: RZ BARRA DELIVERY DE ALIMENTOS E BEBIDAS LTDA
Data de abertura no CNPJ: 15/10/2020
Optante pelo Simples Nacional: Sim
Regime de Apuração: Competência
Nº da Declaração: 39437831202301001

1.1 CNPJ das filiais presentes nesta declaração:

39.437.831/0002-41 UF: RJ

2. Apuração do Simples Nacional**2.1 Discriminativo de Receitas**

Total de Receitas Brutas (R\$)	Mercado Interno	Mercado Externo	Total
Receita Bruta do PA (RPA) - Competência	0,00	0,00	0,00
Receita bruta acumulada nos doze meses anteriores ao PA (RBT12)	0,00	0,00	0,00
Receita bruta acumulada nos doze meses anteriores ao PA proporcionalizada (RBT12p)			
Receita bruta acumulada no ano-calendário corrente (RBA)	0,00	0,00	0,00
Receita bruta acumulada no ano-calendário anterior (RBAA)	0,00	0,00	0,00
Limite de receita bruta proporcionalizado	4.800.000,00	4.800.000,00	

2.2) Receitas Brutas Anteriores (R\$)

2.2.1) Mercado Interno							
01/2022	0,00	02/2022	0,00	03/2022	0,00	04/2022	0,00
05/2022	0,00	06/2022	0,00	07/2022	0,00	08/2022	0,00
09/2022	0,00	10/2022	0,00	11/2022	0,00	12/2022	0,00
2.2.2) Mercado Externo							
01/2022	0,00	02/2022	0,00	03/2022	0,00	04/2022	0,00
05/2022	0,00	06/2022	0,00	07/2022	0,00	08/2022	0,00
09/2022	0,00	10/2022	0,00	11/2022	0,00	12/2022	0,00

2.3) Folha de Salários Anteriores (R\$)

Nenhuma

2.4) Fator r

Fator r = Não se aplica

2.5) Valores Fixos

Não se aplica

2.6) Resumo da Declaração

Receita Bruta Auferida (regime competência)	Valor Total do Débito Declarado (R\$)
0,00	0,00

Número da Declaração: 39437831202301001
Autenticação: 39248.43531.78759.31390

Número do Recibo: 01.07.23139.0089919-7
Página 1

2.7) Informações da Declaração por Estabelecimento

CNPJ Estabelecimento: 39.437.831/0001-60	
Município: RIO DE JANEIRO	UF: RJ
Sublimite de Receita Anual (R\$): 3.600.000,00	Impedido de recolher ICMS/ISS no DAS: Não
Nenhuma atividade selecionada	

CNPJ Estabelecimento: 39.437.831/0002-41	
Município: RIO DE JANEIRO	UF: RJ
Sublimite de Receita Anual (R\$): 3.600.000,00	Impedido de recolher ICMS/ISS no DAS: Não
Nenhuma atividade selecionada	

2.8) Total Geral da Empresa

Total do Débito Declarado (exigível + suspenso) (R\$)								
IRPJ	CSLL	COFINS	PIS/Pasep	INSS/CPP	ICMS	IPI	ISS	Total
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Total do Débito com Exigibilidade Suspensa (R\$)								
IRPJ	CSLL	COFINS	PIS/Pasep	INSS/CPP	ICMS	IPI	ISS	Total
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Total do Débito Exigível (R\$)								
IRPJ	CSLL	COFINS	PIS/Pasep	INSS/CPP	ICMS	IPI	ISS	Total
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

3. Informações da Recepção da Declaração

Data e horário da transmissão da Declaração: 19/05/2023 10:25:46

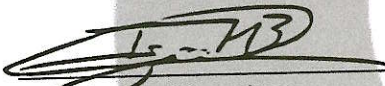
Número do Recibo: 01.07.23139.0089919-7

Autenticação: 39248.43531.78759.31390

DECLARAÇÃO
INEXISTÊNCIA DE FATURAMENTO

A empresa **RZ BARRA DELIVERY DE ALIMENTOS E BEBIDAS LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº 39.437.831/0001-60, estabelecida na Avenida Nuta James nº 65, Loja D, Barra da Tijuca – CEP 22640-030, por intermédio de seu representante legal **Igor Magnani Barreiros**, CPF nº.118.211.477-66, identidade nº. 212181168, **DECLARA a inexistência de Faturamento no período de janeiro/2022 a dezembro/2022.x.x.x.x.x.x**

Rio de Janeiro, 04/01/2024


Igor Magnani Barreiros

ASSINADO DIGITALMENTE
ANDRÉ LUIS CHAGAS MANHAES

A conformidade com a assinatura pode ser verificada em:
<http://serpro.gov.br/assinador-digital>



André Manhaes
Contador – RJ-094224/O-6

Identificação do Contribuinte - CNPJ Matriz

CNPJ: **47.165.306/0001-61**

A opção pelo Simples Nacional e/ou SIMEI abrange todos os estabelecimentos da empresa

Nome Empresarial: **AMARATECH SOLUCOES EM INFORMATICA LTDA**

Situação Atual

Situação no Simples Nacional: **Optante pelo Simples Nacional desde 15/07/2022**

Situação no SIMEI: **NÃO enquadrado no SIMEI**

[+ Mais informações](#)

[Voltar](#)

[Gerar PDF](#)



Identificação do Contribuinte - CNPJ Matriz

CNPJ: **07.104.865/0001-47**

A opção pelo Simples Nacional e/ou SIMEI abrange todos os estabelecimentos da empresa

Nome Empresarial: **ALTA-REDE NETWORK PROVEDOR DE INTERNET LTDA**

Situação Atual

Situação no Simples Nacional: **Optante pelo Simples Nacional desde 01/07/2007**

Situação no SIMEI: **NÃO enquadrado no SIMEI**

[+ Mais informações](#)

[Voltar](#)

[Gerar PDF](#)